

ANÁLISE DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

FINANCIAL EDUCATION ANALYSIS OF THE STUDENTS OF THE YOUTHS AND ADULTS EDUCATION

Maurício Leite¹ 

Tarcísio Pedro da Silva² 

Resumo

Este estudo tem por objetivo analisar a situação da educação financeira dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para tanto, utiliza-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa, por meio de *survey*. Os resultados indicam que a maioria dos estudantes está cursando o ensino médio, maiores de 25 anos, e sexo feminino. Os estudantes são predominantemente de baixa renda que, além de terem de custear seus gastos pessoais, ajudam no sustento da família. Apesar de haver um diálogo sobre questões financeiras com a família, a maioria toma decisões sozinhos, mesmo reconhecendo seu conhecimento financeiro insuficiente para tal. Isso justifica outro achado importante da pesquisa, na medida em que gastam praticamente tudo o que ganham, não possuem hábito de guardar parte dos seus ganhos para despesas futuras. Por fim, identifica-se a baixa contribuição da escola no processo de educação financeira nesta modalidade de ensino, o que emerge necessidade de revisão das políticas públicas e pedagógicas que permitam inserir o contexto de educação financeira.

Palavras-chave: Finanças Pessoais. Educação Financeira. Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Abstract

This study aims to analyze the situation of financial education of students in Youth and Adult Education (EJA). For that, it uses a descriptive research, with a quantitative approach, through a survey. The results indicate that most students are attending high school, older than 25 years, and female. Students are predominantly low-income who, in addition to having to pay for their personal expenses, help to support the family. Although there is a dialogue about financial issues with the family, most make decisions alone, even recognizing their insufficient financial knowledge to do so. This justifies another important finding of the research, as they spend practically everything they earn, they are not used to saving part of their earnings for future expenses. Finally, the low contribution of the school in the process of financial education in this teaching modality is identified, which emerges the need to review public and pedagogical policies that allow for the inclusion of the context of financial education.

Keywords: Personal Finance. Financial Education. Youth and Adult Education (YAE).

¹ Doutor em Ciências Contábeis e Administração. Professor do Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis e Administração da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ.

² Doutor em Ciências Contábeis e Administração. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração da Universidade Regional de Blumenau – FURB.

Introdução

As políticas de inclusão financeira têm disponibilizado diversos instrumentos financeiros sofisticados, o que tem tornado este ambiente cada vez mais complexo. Nesse contexto, há uma crescente preocupação com os níveis de educação financeira, o qual estudos têm sugerido o baixo nível de instrução como um dos fatores que fizeram com que indivíduos tomassem decisões erradas (HASTINGS *et al.*; 2013; ARCEO-GÓMEZ; VILLAGÓMEZ, 2017). Yew *et al.* (2017) concordam que a baixa instrução pode levar a decisões financeiras equivocadas com consequências irreversíveis.

Stolper e Walter (2017) destacam que apesar dos indivíduos terem assumido maiores responsabilidades no que diz respeito ao seu bem-estar financeiro pessoal, é natural o questionamento se estão preparados para gerenciar suas finanças de forma efetiva, o que tem tornado o tema um campo importante, tanto para a literatura acadêmica quanto para os formuladores de políticas públicas.

Deve-se acrescentar a essa discussão as altas taxas de desemprego juvenil, o qual Bruno *et al.* (2017) discorrem que em países como Espanha, Itália, Grécia, França, Bélgica, Suécia e Finlândia, considerados países desenvolvidos, as taxas de desemprego juvenil são superiores à taxa de desemprego geral. No Brasil, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2017) este panorama não é diferente, o qual aponta que a desocupação entre os jovens até 24 anos é, em média 27,2%, enquanto este percentual cai para 9,11% entre a população entre 25 e 59 anos.

A educação financeira nos Estados Unidos é empregada como reforço educacional há pelo menos 30 anos, especialmente aos alunos do ensino médio (SILVA; POWELL, 2016). No Brasil, esta temática ganhou força a partir do ano de 2010 em decorrência do Decreto Presidencial nº 7.397 que estabeleceu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que consiste na coordenação conjunta entre Estado e Sociedade para o estabelecimento da evolução econômica e inclusão social, de modo a prevenir descontroles financeiros, especialmente entre as classes em ascensão (SILVA *et al.*; 2016).

As pesquisas em educação financeira têm abordado diversos contextos, dentre elas políticas educacionais (Lusardi; Mitchell, 2007; Silva; Powell, 2016; Bruno *et al.*, 2017); no ensino médio (Arceo-Gómez; Villagómez, 2017; Silva *et al.*, 2017); no ensino superior (Potrich *et al.*, 2016; Yew *et al.*, 2017), no contexto familiar (Stolper; Walter, 2017), dentre outros temas correlatos, sendo que a literatura revisitada tem negligenciado o contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Diante destas assertivas, a presente pesquisa propõe a responder o seguinte problema de pesquisa: qual a situação da educação financeira entre os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA)? Dessa forma, o estudo tem por objetivo analisar a situação da educação financeira

dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA). O estudo centra-se na educação financeira de jovens e adultos, especificamente no seu conhecimento de conceitos financeiros fundamentais, bem como na capacidade de aplicar tais conhecimentos para a tomada de decisões financeira.

A discussão sobre a temática no Brasil ainda é incipiente, especialmente neste modo de ensino, que é um ambiente propício para a investigação uma vez que, segundo Resende e Kistemann Júnior (2015), apresenta características muito específicas, tais como, desmotivação e desinteresse, cansaço por parte dos alunos que tem que dedicar horas do seu dia em atividades profissionais, alto nível de abandono escolar, espaço escolar insuficiente para atender às necessidades dos estudantes, dentre outras especificidades dessa classe de estudantes.

O assunto ainda não é amplamente explorado, não somente no ambiente acadêmico como também no nível da sociedade em geral, especialmente em mercados emergente, como o caso brasileiro. Assim, tais estudos são essenciais para a inserção dos indivíduos em um ambiente financeiro cada vez mais complexo (POTRICH *et al.*, 2015; POTRICH *et al.*, 2016).

Ademais, a educação financeira desempenha papel central na formação de atitudes e comportamentos responsáveis no que tange à administração das finanças pessoais, sendo assim um componente essencial para uma vida adulta bem-sucedida. Espera-se que o presente estudo avance nesta temática, especificamente no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), contribuindo para que políticas socioeconômicas possam ser desenvolvidas.

Referencial Teórico

Educação financeira

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005) define a educação financeira como o processo pelo qual os consumidores e investidores melhoram sua compreensão de produtos e conceitos financeiros e, por meio de informações, instruções e/ou assessoria, desenvolve habilidades e confiança para se conscientizar acerca de riscos e oportunidades financeiras, e tomar ações efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro. A esse respeito, Potrich *et al.* (2016) explicam que a educação financeira é o processo de desenvolvimento de habilidades que facilita para a tomada de decisões e o gerenciamento das finanças pessoais.

Ao passo que as inovações financeiras têm objetivado melhorar e facilitar o uso dos serviços financeiros, os indivíduos têm enfrentado uma surpreendente variedade de decisões financeiras, frente aos produtos financeiros sofisticados com diferentes graus de risco (STOLPER; WALTER, 2017; YEW *et al.*, 2017). Nesse contexto, na medida que os mercados financeiros se tornam mais sofisticados, a educação financeira tem se tornado necessário para os indivíduos assegurar seu

próprio bem-estar financeiro (OCDE, 2005; Hastings *et al.*, 2013), bem como auxilia os indivíduos acerca do uso prudente dos serviços financeiros (YEW *et al.*, 2017).

Fox *et al.* (2005) destacam que os altos níveis de endividamento dos consumidores e as baixas taxas de poupança podem ser resultantes de uma ineficaz gestão financeira familiar e baixo nível de conhecimento financeiro. Sendo assim, a OCDE tem proposto aos seus países membros a implementação desta temática no ambiente escolar (SILVA; POWELL, 2016). A esse respeito, Arceo-Gómez e Villagómez (2017) acrescentam que em vários países, este tópico está incluído no currículo básico, especialmente a partir de 2012 quando a OCDE decidiu incluir um módulo financeiro em seu teste padronizado, o Programa de Avaliação Internacional de Estudantes (*Program for International Student Assessment - PISA*).

Silva e Powell (2016) lembram que a educação financeira nos Estados Unidos vem sendo construída desde a década de 1980, com ações direcionadas aos alunos do ensino médio. O escopo dos programas é em finanças pessoais, introduzindo os alunos no sistema financeiro no mundo real e discutindo as questões financeiras do dia a dia. Os autores destacam que a responsabilidade pela educação financeira no ambiente escolar não é atividade exclusiva dos professores, sendo expressiva a participação de profissionais dos diversos setores da sociedade, sendo os projetos financiados tanto pelo setor privado, como instituições financeiras, quanto pelas fundações e instituições acadêmicas com subsídios do governo americano.

No Japão, apesar de terem reportado relevantes conhecimentos financeiros entre a sua população, as pesquisas e iniciativas têm sido empreendidas para promover a poupança e o aumento da participação nos planos de pensão por causa da vulnerabilidade deste sistema, especialmente em função da diminuição da taxa de natalidade e do envelhecimento de sua população (LUSARDI, 2008; SEKITA, 2011).

Cabe destacar ainda que o rápido desenvolvimento dos mercados financeiros com produtos complexos tem levado os indivíduos a adquirirem ativos de riscos sem entendê-los adequadamente, emergindo a necessidade da Agência de Serviços Financeiros do Japão em incluir nos currículos escolares a educação financeira no ensino fundamental e médio (SEKITA, 2011).

Para acompanhar a evolução econômica, a inclusão social e a prevenção dos descontroles financeiros de forma estruturada entre o Estado e a Sociedade, foi estabelecida no Brasil a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), mediante o Decreto Presidencial nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010 (SILVA *et al.* 2016). Este decreto tem “como finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores” (BRASIL, 2010).

A ENEF foi inspirada pela iniciativa OCDE e adaptada para a realidade brasileira, cujos princípios foram estabelecidos mediante uma pesquisa nacional sobre educação financeira, dados coletados pelo Serviço de Atendimento ao Cidadão do Banco do Brasil e, a verificação de experiência em outros países, como Estados Unidos, Reino Unido, Espanha, Austrália e Nova Zelândia (BANCO CENTRAL DO BRASIL [BACEN], 2017).

Na visão de Stolper e Walter (2017), as iniciativas educacionais renderam resultados bastante decepcionantes na sua capacidade de melhorar a qualidade do comportamento financeiro. Sendo assim, para melhorar a eficácia dos programas, é fundamental educar os indivíduos em níveis suficientes para a tomada de decisão. Os autores destacam ainda que a assessoria financeira pode atuar como um substituto da educação financeira, melhorando a tomada de decisão dos indivíduos.

Diante de tais abordagens, percebe-se que a necessidade da educação financeira se tornou amplamente reconhecida em todo o mundo. Admite-se desta forma, que a educação financeira desempenha papel fundamental no processo de administração dos recursos financeiros, fazendo com que os indivíduos tenham condições de melhor planejar suas finanças, garantindo assim no presente e futuro uma melhor qualidade de vida, alertando-os quanto às tentações da diversidade de produtos e serviços hoje oferecidos.

A tomada de decisão financeira se faz com conhecimento adequado e aprofundado do assunto, o qual requer estudo e dedicação. Para isso são necessárias habilidades para, dentre as mais diversas opções, escolher a alternativa que projete os melhores benefícios. Considerando que a grande oferta de produtos que estimulam o consumo, existe a necessidade de adequado conhecimento sobre eles. Neste sentido, a educação financeira permite aos indivíduos uma maior conscientização sobre a necessidade de um planejamento adequado quanto à utilização de suas disponibilidades financeiras.

Educação financeira de jovens e adultos

A instrução ampara os indivíduos no desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades financeiras, bem como auxilia quando acessam as políticas, instrumentos e serviços financeiros. Nesse sentido, a preocupação com o bem-estar financeiros dos jovens e sua preparação para a tomada de decisão na idade adulta, tem despertado o interesse da academia e de entidades governamentais (JOHNSON; SHERRADEN, 2007).

Apesar da existência de um crescente interesse pela educação financeira juvenil, Johnson e Sherraden (2007) não identificaram esforços significativos para melhorar o acesso às políticas e serviços financeiros, especialmente os menos desfavorecidos, que carecem de conhecimento financeiro e acesso a instituições financeiras convencionais.

Isso vem ao encontro de Mandell e Klein (2007) que reconhecem os benefícios das ações práticas para a preparação destes jovens, no entanto, pesquisas tem apontado a falta, ainda, dos conhecimentos básicos em finanças. Yew *et al.* (2017) destacam que, apesar da correlação positiva entre educação financeira e educação em geral, pode-se encontrar baixos níveis de conhecimento financeiro mesmo entre indivíduos altamente educados. A despeito disso, a literatura existente sobre a temática sugere que o melhor momento para investir na alfabetização financeira é na juventude, já que estão prestes a entrar no mundo real das decisões financeiras. Governos e demais entidades têm identificado a necessidade de educar financeiramente os jovens a partir do ensino médio (ARCEO-GÓMEZ; VILLAGÓMEZ, 2017; YEW *et al.*, 2017).

Ao analisar os fatores relacionados à alfabetização financeira em estudantes americanos, Mandell e Klein (2007) identificaram que as aulas de finanças pessoais não tendem a aumentar a educação financeira. Para os autores, a motivação é o fator chave de sucesso, uma vez que os estudantes com um emprego formal, ou com um salário inicial mais alto, geralmente são mais motivados do que a média em relação aos assuntos de finanças. Outro fator importante é a presença nos programas de instrutores treinados que ensinam as finanças pessoais de forma interativa através de atividades como um mercado de ações ou outras simulações.

McCormick (2009) destaca que a educação financeira na infância precisa ser prescritiva, preventiva e desenvolvido em grande escala. O autor entende que a educação financeira para adultos é, em grande parte, uma forma paliativa para corrigir falhas em como os adultos usam os recursos financeiros e, embora haja estratégias efetivas, estas não podem simplesmente ser readaptadas em função da idade ou impostas a um sistema educacional. Portanto, as pedagogias e as estratégias utilizadas na educação financeira para adultos não podem ser replicadas para o sistema escolar para a capacitação dos jovens.

Outra perspectiva apontada por Shim *et al.* (2010) diz respeito à importância em adquirir um comportamento financeiro responsável que conduzam para a autossuficiência dos adultos. Os autores sugerem que os pais possam ser orientadores diretos e modelos úteis no desenvolvimento financeiro de seus filhos. Dessa forma, a participação dos pais na alfabetização financeira é essencial, desde a adolescência até a transição para a idade adulta, pois é nessa fase que se estabelecem as bases para atitudes e comportamentos financeiros.

Cabe citar o trabalho de Silva *et al.* (2017) que verificou o nível de educação financeira de estudantes do ensino médio da rede pública, segundo aspectos individuais, demográficos e de socialização. Os resultados indicaram a ausência de educação financeira efetiva entre os jovens estudantes do ensino médio. Os autores explicam que os jovens, alcançados pela pesquisa, não explicam aos pais em que estão gastando seus recursos financeiros. Tais jovens têm adquirido

conhecimentos financeiros com pais e parentes, e na prática do dia a dia, no entanto, com pouco diálogo no ambiente familiar acerca da temática finanças.

Já Yew *et al.* (2017) analisaram estudantes do ensino superior malásio com intuito de obter informações sobre educação financeira, atitude e comportamento, bem como fatores de socialização financeira. Os resultados revelaram que os estudantes universitários, em média, têm baixa educação financeira e, a orientação familiar e a experiência de vida foram preditores significativos de conhecimento financeiro. Fatores de socialização financeira (pais, amigos, escolas / universidades, planejadores financeiros, mídia, internet, livros) têm efeitos significativos na atitude e no comportamento financeiro. Complementarmente, o estudo revelou que, apesar das estudantes (sexo feminino) apresentarem escores mais baixos no conhecimento financeiro, obtiveram maior pontuação na atitude financeira. O significado desses resultados, para os autores, está na desconexão observada entre conhecimento e atitude. Isso pode ser parcialmente atribuído ao baixo nível no conhecimento financeiro, o que estimula a necessidade de uma melhor medição do conhecimento financeiro para divulgar as diferenças entre os subgrupos.

O estudo de Potrich *et al.* (2013) verificou o nível de alfabetização financeira entre os universitários do Rio Grande do Sul. Ao autores constataram que a educação financeira é influenciada positivamente pela formação, ocupação, gênero e renda. Observaram que os indivíduos do gênero masculino que detêm maiores faixas de renda e formação financeira, são os que apresentaram os níveis mais elevados de alfabetização financeira. Diante de tais resultados, os autores indicam a necessidade do desenvolvimento de ações para minimizar o analfabetismo financeiro, tais como inclusão de disciplinas de gestão financeira pessoal e de noções de finanças de mercado em todos os cursos de graduação, uma vez que foi constatada a influência direta desse fator no nível de alfabetização financeira.

A partir da literatura revisitada, o presente trabalho se propõe analisar a situação da educação financeira dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A educação financeira dos estudantes jovens e adultos, mais especificamente no conhecimento de conceitos financeiros e na capacidade de aplicar tais conhecimentos para a tomada de decisões financeiras, uma vez que a alfabetização financeira tem se tornado cada vez mais importante em um ambiente complexo como atualmente. Os resultados esperados estão relacionados com a conscientização do uso das disponibilidades financeiras de forma planejada e que, o estudante alcance um planejamento adequado à sua inserção socioeconômica. Após o cenário apresentado neste referencial teórico, apresenta-se na próxima seção os procedimentos metodológicos do estudo.

Procedimentos Metodológicos

O delineamento metodológico da presente pesquisa é caracterizado como de caráter descritivo em relação ao objetivo, por meio de pesquisa *survey* por se utilizar de questionário e, com abordagem quantitativa para análise dos dados. A população da pesquisa compreende 1.758 alunos de três centros de ensino da modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) localizados nas cidades de Blumenau, Gaspar e Ilhota, no estado de Santa Catarina. A amostra é composta por 630 alunos, visto o número total de respondentes. Sendo assim, o número de respostas permite nível de confiança de 99%, com erro amostral de 5%.

Como instrumento de coleta de dados, utiliza-se o questionário adaptado de Silva *et al.* (2017), originalmente aplicado no contexto do ensino médio, que teve por objetivo obter informações acerca do nível de educação financeira. Tal adaptação justifica-se pelas especificidades da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A Tabela 1 apresenta as dimensões da pesquisa.

Tabela 1 -Dimensões da Pesquisa

Blocos	Questões	Temáticas
Aspectos Pessoais	QAP 1 a 4	Características gerais e individuais (demográficas)
Aspectos Sociais	QAS 5 a 9	Relações sociais
Aspectos Financeiros	QAF 10 a 13	Características financeiras
Aspectos Prioritários de Gastos	QPG 14	Prioridade dos gastos mensais
Aspectos Decisórios	QAD 15 a 20	Tomada de decisão em relação às finanças
Aspectos Educacionais	QAE 21 a 23	Educação financeira

Fonte: adaptado de Silva *et al.* (2017).

A aplicação do questionário foi realizada “*in loco*” entre os meses de setembro e novembro de 2017, com os estudantes devidamente matriculados e frequentadores das aulas nos respectivos centros de ensino. Destaca-se que a pesquisa foi submetida e autorização pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Blumenau e da 15ª Gerência Regional de Educação (SDR/GERED-Blumenau).

Para a tabulação dos dados utiliza-se de planilha eletrônica e para o tratamento estatístico o *software* SPSS. Estabelece-se para a análise dos dados a estatística descritiva, mais especificamente a análise de frequência das questões relacionadas na Tabela 1. Após a descrição dos procedimentos metodológicos da pesquisa, apresenta-se na próxima seção a descrição e análise dos resultados.

Descrição e Análise dos Resultados

Esta seção apresenta os resultados obtidos a partir do que se estabeleceu no objetivo da pesquisa e, delineado nos procedimentos metodológicos. A Tabela 2 apresenta a estatística descritiva das características gerais e individuais (demográficas) dos estudantes da modalidade de

ensino de jovens e adultos, objeto de estudo desta pesquisa. Os dados foram compilados das questões que compõem o bloco Aspectos Pessoais (QAP 1 a QAP 4).

Tabela 2 - Questões Relativas às Características Gerais e Individuais (Demográficas)

QAP 1 – Em que série está estudando						
Resposta	Ensino Fundamental	5 ^a	6 ^a	7 ^a	8 ^a	9 ^a
Freq.	229	15	46	22	98	48
%	36,35%	2,38%	7,30%	3,49%	15,56%	7,62%
Resposta	Ensino Médio	1 ^a	2 ^a	3 ^a		
Freq.	401	180	122	99		
%	63,65%	28,57%	19,37%	15,71%		
QAP 2 – Período de estudo						
Resposta	Matutino	Vespertino	Noturno			
Freq.	146	47	437			
%	23,17%	7,46%	69,37%			
QAP 3 - Idade						
Resposta	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	
Freq.	153	133	66	65	72	
%	24,29%	21,11%	10,48%	10,32%	11,43%	
Resposta	40 a 44	45 a 49	50 ou mais	Não Responderam		
Freq.	50	40	45	4		
%	7,94%	6,35%	7,14%	0,6%		
QAP 4 - Sexo						
Resposta	Feminino	Masculino	Não Deseja Definir			
Freq.	309	289	32			
%	49,05%	45,87%	5,08%			

Fonte: dados da pesquisa.

Conforme a Tabela 2, 229 (36,35%) respondentes frequentam o ensino fundamental, sendo a maior concentração na 8^a série com 98 (15,56) estudantes. Já o ensino médio é representado por 401 (63,65%) estudantes, concentrados principalmente na 1^a série com 180 (28,57%) do total. Em relação ao período em que frequentam a sala de aula, 146 (23,17%) estudam no período matutino, 47 (7,46%) no período vespertino e, 437 (69,37%) no período noturno. A concentração no período noturno está relacionada à necessidade de exercer alguma atividade profissional, característica peculiar deste tipo de modalidade de ensino (RESENDE et al., 2015).

Quanto à idade, destaca-se que 286 (45,40%) estão na faixa inferior a 25 anos, e 340 (54%) acima de 25 anos, inclusive. Entende-se que nesta modalidade de ensino, há uma maior procura por parte dos adultos, que buscam cada vez mais por uma qualificação profissional e pessoal, que perpassa pela continuidade ou então pela retomada dos estudos. Ademais 309 (49,05%) estudantes são do sexo feminino e 289 (45,87%) são do sexo masculinos. Este dado está em consonância com os achados de Silva *et al.* (2017), que indicaram uma maior proporção de estudantes do sexo feminino no âmbito do ensino médio.

A Tabela 3 apresenta a estatística descritiva das questões relativas às relações sociais dos estudantes, cujas informações foram obtidas a partir das questões que compõem o bloco Aspectos Sociais (QAS 5 a QAS9).

Tabela 3 - Questões Relativas às Relações Sociais

QAS 5 – Município de residência				
Resposta	Blumenau	Gaspar	Ilhota	Outros
Freq.	495	105	13	17
%	78,57%	16,67%	2,06%	2,70%
QAS 6 – Com quem mora				
Resposta	Pais	Familiares	Sozinho	Amigos
Freq.	207	81	72	11
%	32,86%	12,86%	11,43%	1,75%
Resposta	Cônjuge	Noivo(a)	Namorado(a)	Não Responderam
Freq.	220	34	5	
%	34,92%	5,40%	0,79%	
QAS 7 - Estado civil				
Resposta	Solteiros	Namorando	Noivo (a)	Casado (a)
Freq.	264	88	14	136
%	41,90%	13,97%	2,22%	21,59%
Resposta	Viúvo (a)	Amasiado (a)	Outros	
Freq.	10	90	28	
%	1,59%	14,29%	4,44%	
QAS 8 - Estado civil dos pais				
Resposta	Casados	Separados	Solteiros	Viúvo (a)
Freq.	253	164	55	102
%	40,16%	26,03%	8,73%	16,19%
Resposta	Amasiados	Outros	Não Responderam	
Freq.	20	27	9	
%	3,17%	4,29%	1,43%	
QAS 9 - Composição familiar				
Resposta	Um Filho (a)	Dois Filhos (as)	Três Filhos (as)	
Freq.	20	78	133	
%	3,17%	12,38%	21,11%	
Resposta	Quatro Filho s(as)	Cinco Filhos (as)	Não Responderam	
Freq.	140	252	7	
%	22,22%	40,00%	1,11%	

Fonte: dados da pesquisa.

Observa-se na Tabela 3 que 600 (95,24%) dos respondentes residem nas cidades de Blumenau e Gaspar, principais polos de estudos, o qual esperava-se maior concentração de residentes. É oportuno lembrar que nem todos os alunos são naturais destas cidades, uma vez que, devido às características de oportunidades de trabalho, tem atraído pessoas de outras regiões, fixando-se assim suas residências. Nesse aspecto 83 (13,18%) respondentes moram sozinhos, apresentando dessa forma indícios de independência financeira, o que sugere a necessidade e responsabilidade do seu auto sustento, enquanto 542 (86,03%) residem com seus pais, cônjuges e/ou com outros familiares, o que demonstra fortes laços familiares.

Em relação ao estado civil dos respondentes, 366 (58,09%) estão solteiros, namorando e/ou noivos, enquanto 236 (37,47%) se encontram na condição de casados, viúvos e/ou amasiados. Sendo assim, pode-se inferir que ainda há fortes laços sociais, uma vez que apenas 55 (8,73%) dos estudantes encontram-se em condições de solteiros. Isto sugere que uma perspectiva de formação de família incentiva e suporta a persistência na busca de qualificação educacional, especialmente

em função não somente da empregabilidade, como também para a formação e sustento da família. Observou-se ainda que 273 (43,33%) do estado civil dos pais estão em situação de casados e ou amasiados, enquanto 321 (50,95%) encontram-se na situação de separados, solteiros e/ou viúvos, apresentando uma estrutura familiar bastante peculiar, que sugere maior responsabilidade quanto aos seus ganhos e as respectivas destinações. A última questão referente a este bloco refere-se à composição familiar. A média de filhos por família é de 3,9 (excluindo os que não responderam).

A Tabela 4 apresenta os dados das características financeiras, que são representadas pelas questões que compõem o bloco Aspectos Financeiros (QAF 10 a QAF 13).

Tabela 4 - Questões Relativas às Características Financeiras

QAF 10 - Situação profissional				
Resposta	Desempregado	Empregado	Profissional Liberal	Não Responderam
Freq.	211	329	64	26
%	33,49%	52,22%	10,16%	4,13%
QAF 11 - Renda média mensal familiar				
Resposta	Até 1 SM	Entre 1 e 3 SM	Entre 3 e 5 SM	Entre 5 e 7 SM
Freq.	120	305	123	41
%	19,05%	48,41%	19,52%	6,51%
Resp.	Acima de 7 SM	Não Responderam		
Freq.	20	21		
%	3,17%	3,33%		
QAF 12 - Ganhos financeiros				
Resposta	Tem Salário	Tem Salário e Ajuda Família	Tem Salário e Recebe Ajuda	Não Tem Salário e Não Recebe Ajuda
Freq.	258	171	20	81
%	40,95%	27,14%	3,17%	12,86%
Resposta	Não Tem Salário e Recebe Ajuda	Não Responderam		
Freq.	84	16		
%	13,33%	2,54%		
QAF 13 - Ajuda financeira				
Resposta	Não Recebe	Recebe Quanto Pede	Até R\$50,00	Entre R\$50,00 e R\$100,00
Freq.	462	65	17	24
%	73,33%	10,32%	2,70%	3,81%
Resposta	Acima de R\$100,00	Não Responderam		
Freq.	45	17		
%	7,14%	2,70%		

Fonte: dados da pesquisa.

Observa-se na Tabela 4 que 211 (33,49) dos respondentes estão desempregados, 329 (52,22%) estão empregados, enquanto 64 (10,16%) exercem atividade como profissional liberal. Entre os desempregados, 99 (46,92%) frequentam o ensino fundamental e 112 (57,82%) o ensino médio. Além disso, 108 (51,18%) dos que estão desempregados são do sexo feminino e 95 (45,02%) são do sexo do sexo masculino. Além disso, 123 (58,29%) dos respondentes desempregados tem idade inferior a 25 anos.

O IPEA (2017) demonstra que, no contexto brasileiro, a desocupação entre os jovens até 24 anos é em média 27,2% e, 9,11% entre 25 e 59 anos, enquanto o quanto a taxa de desemprego juvenil fornecido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2016) indica que 22% dos jovens brasileiros não estão estudando nem trabalhando, sendo as mulheres as mais afetadas.

Isto reforça as preocupações com os estudantes nesta modalidade de ensino, uma vez que apresentam baixo nível de empregabilidade. Senso assim, emerge-se novos questionamentos acerca de políticas de ensino e planos pedagógicos específicas para este público alvo. Estas preocupações também são destacadas por Bruno *et al.* (2017) no contexto europeu. Ademais, apenas 64 (10,16%) exercem atividade como profissional liberal, sendo 21 (13,44%) que frequentam o ensino fundamental e 43 (67,19%) o ensino médio. A partir deste resultado, pode-se inferir que, apesar de baixo nível de empreendedorismo, este está diretamente associado ao maior nível de ensino.

Quanto à renda média familiar, os dados demonstram que 425 (67,46%) dos respondentes encontram-se nas classes “D” e “E”, conforme classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo renda média mensal inferior a R\$2.862,00 (inferior a 3 salários mínimos). Os achados de Silva *et al.* (2017) desmontaram que 42,13% dos respondentes do ensino médio recebiam, em média, até R\$ 2.364,00, o que, pode-se sugerir que nesta modalidade de ensino há um alto percentual de estudantes de baixa renda.

Quanto aos ganhos financeiros, 258 (40,95%) possuem algum tipo remuneração, 171 (27,14%) destinam parte dos ganhos para ajudar a família, 20 (3,17%) possuem salário, no entanto, recebem ajuda financeira da família, e 84 (13,33%) não possuem salário, mas recebem alguma ajuda da família. Percebe-se que uma parcela dos respondentes que recebem salário, custeia os seus gastos pessoais e ainda ajudam financeiramente o grupo familiar, enquanto uma pequena parcela dos estudantes recebe salário e ainda necessitam ajuda financeira por parte da família. A Tabela 5 apresenta as prioridades em relação à destinação dos seus recursos. Os dados fazem parte da questão que compõe o bloco Aspectos Prioritários (QPG 14).

Tabela 5 - Questões Relativas à Prioridade dos Gastos Mensais
QAP 14 - Prioridade quanto aos gastos mensais

Resposta	Estudos	Lazer	Alimentação	Saúde
Freq.	18	19	67	16
%	2,86%	3,02%	10,63%	2,54
Prioridade	4	3	2	5
Resposta	Informática	Vestuário	Eletrônicos	Celular
Freq.	4	6	1	1
%	0,63%	0,95%	0,16%	0,16%
Prioridade	7	6	9	9
Resposta	Livros	Gastos com a Família	Não Souberam Classificar	
Freq.	3	81	418	
%	0,48%	12,86%	66,35%	
Prioridade	8	1		

Fonte: dados da pesquisa.

Observa-se na Tabela 5 que, por ordem de prioridade quanto à destinação dos ganhos, encontram-se: (1) gastos gerais com a família; (2) gastos com alimentação, que abrangem desde comida, bebida até guloseimas; (3) lazer e diversão, como jogos, shows, cinema, festas, dentre outros; (4) estudos e material escolar; (5) gastos com a saúde e beleza; (6) vestuário, sendo composto por roupas, sapatos e acessórios; (7) com equipamentos de informática como computador; (8) com livros; (9) eletrônicos e celulares.

Estes resultados demonstram uma forte destinação de seus ganhos entre gastos com a família, alimentação, saúde e estudos. No entanto, a informação mais evidente e de grande preocupação consiste em que, 418 (66,35%) dos respondentes não conseguiram, ou não souberam elencar a prioridade da destinação dos seus gastos. No recorte destes 418 respondentes, destaca-se que 172 (41,15%) são do ensino fundamental e 246 (58,85%) são do ensino médio; 169 (40,43%) tem menos de 25 anos e 244 (58,37%) tem mais de 25 anos; e 192 (45,93%) estão entre as mulheres e 199 (47,61%) estão entre os homens. Desta forma, pode-se inferir que no nível mais alto de ensino (ensino médio) e, nas faixas etárias mais elevadas (maiores de 25 anos), há uma maior concentração dos que não sabem e/ou não conseguem priorizar a destinação de seus ganhos.

Yew *et al.* (2017) já destacaram que baixos níveis de conhecimento financeiro podem também ser encontrados em níveis mais altos de educação. Sendo assim, reforça-se a necessidade da intensificação da educação financeira, especialmente dos jovens no ensino médio, como sugerido por Arceo-Gómez e Villagómes (2017), uma vez que é nesta fase que os jovens estão sendo inseridos no contexto das decisões financeiras do mundo real, especialmente os estudantes desta modalidade de ensino que dividem seu tempo entre estudos e trabalho.

Cabe lembrar o destaque dado McCormick (2009) de que a educação financeira deve ser preventiva e desenvolvida em grande escala, por entender que o ensino na fase adulta é uma forma paliativa para corrigir falhas em como eles utilizam seus recursos, o que foi evidenciado na presente pesquisa. A Tabela 6 apresenta as repostas sobre a tomada de decisão em relação às finanças. Os dados referem-se às questões do bloco Aspectos Decisórios (QAD 15 a QAD 20).

Tabela 6 - Questões Relativas à Tomada de Decisão em Relação às Finanças

QAD 15 - Forma de administrar os recursos financeiros			
Resposta	Guarda Sem Planos Futuros	Guarda Somente Quando Sobra	Guarda Com Plano Futuros
Freq.	97	258	138
%	15,40%	40,95%	21,90%
Resposta	Guarda e Investe	Ter Investimento no Nome	Não Responderam
Freq.	56	57	24
%	8,89%	9,05%	3,81%
QAD 16 - Responsabilidade de apresentar relatórios financeiros			
Resposta	Obrigação em Apresentar	Apenas Gastos Altos	Somente Para Pedir Mais Recurso

Freq.	119	56	50
%	18,89%	8,89%	7,94%
Resposta	Não Precisa Explicar	Não Responderam	
Freq.	383	22	
%	60,79%	3,49%	
QAD 17 - Diálogo na hora de decidir a compra de um produto para uso da família			
Resposta	Quando Solicitado dá Opinião e é Considerado	Quando Solicitado dá Opinião e Não é Considerado	Quando Solicitado Não dá Opinião
Freq.	349	36	31
%	55,40%	5,71%	4,92%
Resposta	Dá Opinião Mesmo Não Solicitado	Não Tem Opinião Solicitada	Não Responderam
Freq.	89	97	28
%	14,13%	15,40%	4,44%
QAD 18 - Com que frequência conversa com os pais sobre dinheiro			
Resposta	Não Costuma Conversar	Dialoga Esporadicamente	Dialoga Regularmente
Freq.	269	81	161
%	42,70%	12,86%	25,56%
Resposta	Dialoga Diariamente	Não responderam	
Freq.	95	24	
%	15,08%	3,81%	
QAD 19 - Assuntos financeiros são mais questionados com a família			
Resposta	Consumismo	Estudos e Carreira	Uso Consciente do Dinheiro
Freq.	179	181	191
%	20,89%	21,12%	22,29%
Prioridade	3	2	1
Resposta	Investimentos	Não Costuma Conversar	
Freq.	153	153	
%	17,85%	17,85%	
Prioridade	4	5	
QAD 20 - Como decide o que fazer com o dinheiro			
Resposta	Sozinho	Conversa com pais ou companheiro(a)	Conversa Com Outras Pessoas
Freq.	309	226	18
%	49,05%	35,87%	2,86%
Resposta	Os Pais Decidem com o que Gastar	Não Recebe Dinheiro	Outros
Freq.	6	28	43
%	0,95%	4,44%	6,83%

Fonte: dados da pesquisa.

Os dados da Tabela 6 demonstram que 97 (15,40%) guardam parte dos seus recursos, porém sem planos para o futuro, 258 (40,95%) guardam dinheiro somente quando sobra, 138 (21,90%) guardam parte dos seus recursos para gastar conforme planejado, 56 (8,89%) guardam e investem parte dos rendimentos, 57 (9,05%) tem algum tipo de investimento em seu nome e, por fim, 24 (3,81%) não responderam. Destaca-se que dos 258 (40,95%) que guardam dinheiro somente quando sobra, pode estar relacionado ao baixo nível de renda familiar, uma vez que, conforme a Tabela 4, 211 (33,49%) dos respondentes estão desempregados e, 425 (67,44%) possuem como renda média familiar de até 3 salários mínimos.

Associa-se, dessa forma, que a renda das famílias é destinada, quase na sua totalidade, para manutenção das suas necessidades básicas, não permitindo um planejamento financeiro. Aliado a

isso, apenas 138 (21,90%) que guardam parte dos seus recursos para gastar conforme planejado, resultado este bem abaixo ao percentual 37,89% encontrado pelo estudo de Silva *et al.* (2017).

Quanto à responsabilidade de apresentar relatórios financeiros referente aos seus gastos, 119 (18,89%) tem obrigação de apresentar explicações sobre como está sendo usado os recursos financeiros, 56 (8,89%) apresentam alguma explicação somente quando os recursos gastos tiverem sido altos, 50 (7,94%) apresentam explicações somente quando precisam pedir dinheiro para comprar algo, 383 (60,79%) não precisam explicar como está sendo usado os recursos financeiros, e 22 (3,49%) não responderam tal questionamento.

Destaca-se que dentre os respondentes que não precisam apresentar explicações sobre seus gastos, 167 (43,6%) são menores de 25 anos e 214 (55,87%) são maiores de 25 anos, o que pode ser justificado pela maior independência financeira. Além disso 128 (33,42%) estão no ensino fundamental e 255 (66,58%) cursando o ensino médio. Comparativamente, este resultado foi superior ao encontrado no estudo de Silva *et al.* (2017) o qual encontraram percentual de 39,44%. Esta diferença pode estar associada também pelas características distintas destes dois grupos, ou seja, entre os estudantes do ensino médio e estudantes do ensino de jovens e adultos.

Sobre o diálogo na hora de decidir a compra de um produto para uso da família, 349 (55,40%) indicaram que quando é solicitado sua opinião ela é considerada, 36 (5,71%) não tem sua opinião considerada, mesmo quando solicitada, 31 (4,92%) não dão opinião, 89 (14,13%) dão sua opinião mesmo quando não solicitado, 97 (15,40%) não tem opinião solicitada e, 28 (4,44%) não responderam tal questão. Neste sentido, pode-se destacar que mais da metade dos respondentes tem sua opinião considerada, resultados muito próximos de Silva *et al.* (2017), apresentando um percentual de 54,47%.

Em análise complementar observou-se que, destes 349 (55,40%) respondentes que afirmaram que tem sua opinião considerada quando solicitada, 101 (28,94%) estão no ensino fundamental e 248 (71,06%) estão no ensino médio, 155 (44,41%) são maiores de 25 anos e 192 (55,01%) são maiores de 25 anos e, também, 173 (49,57%) são do sexo feminino enquanto 153 (44,70%) são do sexo masculino. Tais resultados demonstram que os níveis mais elevados de educação, os de idade mais adultas, bem como do sexo feminino possuem importante papel na decisão dos gastos familiares.

Já em relação à frequência com que conversam sobre o uso do dinheiro, 269 (42,70%) não costumam conversar, 81 (12,86%) dialogam esporadicamente, 161 (25,56%) dialogam regularmente, 92 (15,08%) diariamente e, 24 (3,81%) não responderam. Estes resultados demonstram que significativa parcela destes estudantes não tem costume de conversar sobre dinheiro com seus familiares, o que denota desinteresse em compartilhar as decisões financeiras

em ambiente familiar. Shim *et al.* (2010) e Yew *et al.* (2017) compartilham da visão de que a orientação familiar e a experiência de vida dos mesmos são significativas para o desenvolvimento de uma postura financeira adequada.

Quanto aos assuntos financeiros que são mais discutidos com a família, 191 (22,29%) dos respondentes indicaram o uso consciente do dinheiro, 181 (21,12%) os assuntos relacionados aos estudos e a carreira, 179 (20,89%) sobre consumismo, 153 (17,85%) sobre investimentos e, por fim, 153 (17,85%) não costumam conversar. Percebe-se que a maioria dos respondentes conversam com seus familiares sobre algum tema que envolve finanças. Dentre os que não conversam sobre assuntos financeiros estão os de maior escolaridade, os de idade mais adulta, e do sexo masculino.

Já quando questionados sobre como decidem o que fazer com o dinheiro, 309 (49,05%) informaram que decidem sozinhos, 226 (35,87%) conversam com os pais ou então com os seus companheiros, 18 (2,86%) conversam com outras pessoas, 6 (0,95%) são os pais que decidem com o que gastar o dinheiro, 28 (4,44%) indicaram que não recebem e, 43 (6,83%) informaram de decidem de outra forma não classificadas com as opções disponíveis. Dessa forma, percebe-se que quase a metade dos respondentes não buscam auxílio no momento de decidir sobre no que e como gastar seus recursos. Este grupo é composto por 180 (58,25%) que estão no ensino médio, 158 (51,13%) estão abaixo de 25 anos, e 159 (51,46%) são do sexo masculino. Tais resultados devem ser analisados com certa preocupação, uma vez que, apesar de uma considerável parcela de respondentes terem algum tipo de conversa sobre assuntos financeiros com os pais e ou com seus familiares, tal comportamento não reflete na hora de decidir sobre como gastar os seus recursos.

Por fim, apresenta-se na Tabela 7, o conjunto de respostas às questões concernentes a educação financeira dos estudantes de jovens e adultos. Tais questões fazem parte do bloco Aspectos Educacionais (QAE 21 a QAE 23).

Tabela 7 - Questões Relativas à Educação Financeira

QAE 21 - Como considera seu nível de conhecimento financeiro				
Resposta	Ruim	Regular	Bom	
Freq.	65	244	240	
%	10,32%	38,73%	38,10%	
Resposta	Muito Bom	Ótimo	Não Responderam	
Freq.	39	35	7	
%	6,19%	5,56%	1,11%	
QAE 22 - Como adquiriu conhecimento financeiro				
Resposta	Com a Família / Parentes	Por meio de mídias (revista, televisão, internet, jornais)	Com a Prática do Dia a Dia	Com Amigos / Conhecidos
Freq.	155	38	240	18
%	24,60%	6,03%	38,10%	2,86%
Resposta	Na Escola	Não Tem Conhecimento Sobre o Assunto	Outros	Não Responderam
Freq.	23	61	57	38
%	3,65%	9,68%	9,05%	6,03%
QAE 23 - Como se considera em relação ao perfil financeiro				

Resposta	Gastador	Conservador	Cauteloso
Freq.	129	65	299
%	20,48%	10,32%	47,46%
Resposta	Poupador	Desligado	Não Responderam
Freq.	62	38	37
%	9,84%	6,03%	5,87%

Fonte: dados da pesquisa.

Conforme pode-se observar na Tabela 7, quando questionados sobre como se considera em relação ao seu nível de conhecimento financeiro, 309 (40,90%) responderam como ruim e regular, enquanto 314 (49,85%) se consideram com conhecimento bom, muito bom ou ótimo. Este resultado deve ser interpretado com cautela, principalmente no aspecto da própria percepção do autoconhecimento sobre finanças. Em análise complementar, observou-se que dos 314 estudantes do segundo grupo (bom, muito bom ou ótimos), 197 (62,74%) não foram capazes de indicar suas prioridades quanto aos seus gastos mensais (QPG 14 - Tabela 5) e, 118 (37,58%) deles não conversam sobre assuntos financeiros com a família e 151 (48,09%) tomam decisões sozinhos (QAD 18 e 20 – Tabela 6, respectivamente).

Em relação à forma em como adquirem conhecimento financeiro, 155 (24,60%) informaram que aprenderam com a família ou com parentes, 38 (6,03%) por meio da mídia, 240 (38,10%) com a prática do dia a dia, 18 (2,86%) com amigos, 23 (3,65%) na escola, 61 (9,68%) não tem conhecimento sobre o assunto, 57 (9,05%) adquiriram de outras formas não alcançadas por esta pesquisa, e 38 (6,03%) não responderam. Silva *et al.* (2017) e Yew *et al.* (2017) indicam como principais preditores do conhecimento financeiro a orientação familiar e a experiência do dia a dia. Dessa forma, os achados por esta pesquisa levantam dois questionamentos importantes para esta modalidade de ensino.

Primeiramente a inexistência de diálogo com a família sobre finanças e a tomada de decisão financeira por conta própria, já identificados nas questões anteriores. Em seguida, o baixo reconhecimento por parte dos respondentes quanto à contribuição na escola neste processo, visto que apenas 23 (3,65%) adquiriram conhecimento financeiro por este meio. Ao que tudo parece, as observações de McCormick (2009) de que pedagogias e as estratégias para educação financeira, que visam a capacitação dos jovens não está presente nesta modalidade de ensino. Stolper e Walter (2017) já haviam identificado iniciativas educacionais com resultados insatisfatórios quanto à capacidade de melhorar a qualidade do comportamento financeiro.

Quanto ao quesito perfil financeiro, 129 (20,48%) se consideram gastadores pois gastam praticamente tudo que ganham, 65 (10,32%) se consideram conservadores pois não arriscam para ganhar mais, 299 (47,46%) se consideram cautelosos pois gastam somente quando possuem alguma necessidade, 62 (9,84%) poupadores pois evitam gastar as economias, 38 (6,03%) são desligados

quanto ao controle do gasto do dinheiro, e por fim, 37 (5,87%) não responderam. Tais resultados são os similares encontrados por Silva *e. al.* (2017) que identificaram no seu estudo que a maioria dos estudantes do segundo grau possuem cautela quanto aos gastos e, por outro lado, uma grande parcela gasta tudo o que recebe, demonstrando descontrole quanto ao uso dos recursos financeiros.

Considerações Finais

A educação financeira é importante para atitudes mais responsáveis quanto a administração dos recursos pessoais, visando dessa forma o bem-estar da sociedade como um todo. Tal temática ganhou destaque nos últimos anos, especialmente no contexto brasileiro, no entanto, percebe-se que há um descasamento entre o que as recomendações acadêmicas e instituições que compõem o poder público, com o que acontece na prática da vida social.

Visando entender a dissintonia entre teoria e prática, este estudo procurou analisar a situação da educação financeira dos estudantes da Educação de Jovens e adultos (EJA). A realização do estudo neste ambiente justifica-se pelas características específicas desta modalidade de ensino, uma vez que a maioria dos estudantes além de frequentar regularmente a sala de aula, exercem alguma atividade profissional. Entende-se dessa forma, como um campo importante de análise. Para tanto, utilizou-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa, por meio de *survey*. O instrumento utilizado para coleta de dados foi adaptado do estudo de Silva *et al.* (2017) o qual investigou o universo do ensino médio.

De forma geral, os resultados encontrados nesta pesquisa indicaram que a maioria dos estudantes alcançados por esta pesquisa está cursando o ensino médio, são maiores de 25 anos, e sendo a sua maioria do sexo feminino. Os resultados indicaram que mais de um terço destes estudantes estão desempregados, o que reforça a preocupação quanto ao nível de ocupação dos jovens desta modalidade de ensino. Isto se agrava ainda mais em relação ao com idade inferior a 25 anos e ao sexo feminino. Assim, emergem-se novos questionamentos acerca de políticas de ensino e planos pedagógicos específicas para este público alvo.

Outro resultado importante é que 67,46% dos estudantes são de classe “D” e “E”, segundo o seu nível de renda familiar, o que indica um público expressivo de baixa renda. Aliado a isso, dos que estão exercendo alguma atividade profissional, além de custear seus gastos pessoais, ainda precisam ajudar com as despesas da família, o que resultou em maior destinação dos seus recursos com as próprias despesas e com alimentação, não permitindo fazer reservas dos seus ganhos.

Os estudantes analisados costumam conversar sobre os assuntos financeiros com a família, no entanto, tomam decisões sozinhos sobre o uso do seu dinheiro, contrariando os pressupostos de que a família é um importante preditor da educação financeira. Apesar disso, reconhecem seu

conhecimento na área financeira como péssimo ou ruim e, sua maioria se considera gastadora, o que demonstra total descontrole quanto a gestão de suas finanças. Por fim, identificou-se nessa pesquisa que, pela percepção dos alunos, há uma baixa contribuição da escola no processo de educação financeira, o que emerge a necessidade da revisão das estratégias pedagógicas orientadas para esta modalidade de ensino.

Referências

ARCEO-GÓMEZ, E. O.; VILLAGÓMEZ, F. A. Financial literacy among Mexican high school teenagers. **International Review of Economics Education**, v. 24, n. 1, p. 1-17, 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)**. Recuperado de <https://www.bcb.gov.br/pre/pef/PORT/enef.asp>. 2017.

BRASIL (2010). **Decreto n. 7.397, de 22 de dezembro de 2010**. Estratégia nacional de educação financeira – ENEF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm. 2010.

BRUNO, G. S.; MISBAH; C. T.; MARELLI, E.; SIGNORELLI, M. The short-and long-run impacts of financial crises on youth unemployment in OECD countries. **Applied Economics**, v. 49, n. 34, p. 3372-3394, 2017.

FOX, J.; BARTHOLOMAE, S.; LEE, J. (2005). Building the case for financial education. **Journal of consumer affairs**, v. 39, n. 1, p. 195-214, 2005.

HASTINGS, J. S.; MADRIAN, B. C.; SKIMMYHORN, W. L. Financial literacy, financial education, and economic outcomes. **Annu. Rev. Econ.**, v. 5, n. 1, p. 347-373, 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Emprego Juvenil. Recuperado de <http://www.ilo.org/brasilia/temas/emprego/lang-pt/index.htm>. 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise.** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho, v. 63, Ano 23 (abr. 2017). Brasília: Ipea: Ministério do Trabalho. 2017.

JOHNSON, E.; SHERRADEN, M. S. From financial literacy to financial capability among youth. **The Journal of Sociology & Social Welfare**, v. 34, n. 3, p. 119-145, 2007.

LUSARDI, A. (2008). **Financial literacy: an essential tool for informed consumer choice?** (No. w14084). National Bureau of Economic Research.

LUSARDI, A.; MITCHELLI, O. Financial literacy and retirement preparedness: evidence and implications for financial education. **Business Economics**, v. 42, n. 1, p. 35-44, 2007.

MANDELL, L.; KLEIN, L. S. Motivation and financial literacy. **Financial Services Review**, v. 16, n. 2, p. 105-116, 2007.

MCCORMICK, M. H. The effectiveness of youth financial education: a review of the literature. **Journal of Financial Counseling and Planning**, v. 20, n. 1, p. 70-83, 2009.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Improving financial literacy: analysis of issues and policies**. Organisation for Economic Co-operation and Development. 2005.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; CERETTA, P. S. Nível de alfabetização financeira dos estudantes universitários: afinal, o que é relevante?. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 12, n. 3, p. 315-334, 2013.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; KIRCH, G. Determinantes da alfabetização financeira: análise da influência de variáveis socioeconômicas e demográficas. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 26, n. 69, p. 362-377, 2015.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; MENDES-DA-SILVA, W. Development of a financial literacy model for university students. **Management Research Review**, v. 39, n. 3, p. 356-376, 2016.

RESENDE, A. F.; KISTEMANN JR, M. A. On consumption, gender and education of youth and adult: investigating the production of meanings and the decision-making of individuals-consumers. **Revista de Educação, Ciências e Matemática**, v. 5, n. 1, p. 27-40, 2015.

SEKITA, S. Financial literacy and retirement planning in Japan. **Journal of Pension Economics and Finance**, v. 10, n. 04, p. 637-656, 2011.

SHIM, S.; BARBER, B. L.; CARD, N. A.; XIAO, J. J.; SERIDO, J. Financial socialization of first-year college students: the roles of parents, work, and education. **Journal of Youth and Adolescence**, v. 39, n. 12, p. 1457-1470, 2010.

SILVA, A. M.; POWELL, A. B. Currículos de educação financeira para a escola nos Estados Unidos. **Revista de Educação, Ciências e Matemática**, v. 6, n. 3, p. 19-35, 2016.

SILVA, R. M.; LOZANO, A. R. G.; RODRIGUES, C. K. A família dezmedida na prática de finanças. **Revista de Educação, Ciências e Matemática**, v. 6, n. 3, p. 158-166, 2016.

SILVA, T. P.; DAL MAGRO, C. B.; GORLA, M. C.; NAKAMURA, W. T. Financial education level of high school students and its economic reflections. **Revista de Administração**, v. 52, p. 285-303, 2017.

STOLPER, O. A.; WALTER, A. Financial literacy, financial advice, and financial behavior. **Journal of Business Economics**, v. 87, n. 5, 581-643, 2017

YEW, S. Y.; YONG, C. C.; CHEONG, K. C.; TEY, N. P. Does financial education matter? Education literacy among undergraduates in Malaysia. **Institutions and Economies**, v. 9, n. 1, p. 43-60, 2017.